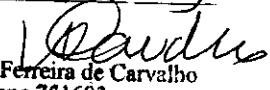


Brasília,

24/03/09

  
Maria de Fátima Ferreira de Carvalho  
Mat. Siape 791683

CC02/C06  
Fls. 132



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**  
**SEXTA CÂMARA**

**Processo nº**

37316.002492/2006-28

**Recurso nº**

141.436

**Assunto**

Solicitação de Diligência

**Resolução nº**

206-00.180

**Data**

04 de dezembro de 2008

**Recorrente**

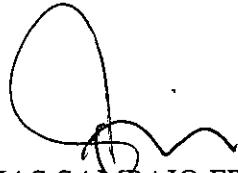
COLÉGIO CIDADE DE PIRACICABA LTDA

**Recorrida**

SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA - SRP

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da SEXTA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, em converter o julgamento do recurso em diligência. Ausente ocasionalmente o conselheiro Lourenço Ferreira do Prado.

  
ELIAS SAMPAIO FREIRE

Presidente

  
ROGERIO DE LELLIS PINTO

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira, Bernadete de Oliveira Barros, Cleusa Vieira de Souza, Ana Maria Bandeira e Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira.

MF - SEGUNDO CO <sup>1</sup> CONFERE C.	CONTRIBUINTE
Brasília, 24/03/09	
Maria de Fátima Ferreira de Carvalho Mat. Siage 751683	

CC02/C06  
Fls. 133

Trata-se de recurso voluntário interposto pelo **COLÉGIO CIDADE DE PIRACICABA LTDA**, contra decisão-notificação de fls. retro exarada pela extinta Secretaria da Receita Previdenciária, a qual julgou procedente o presente Auto-de-Infração, lavrado em decorrência da empresa deixar de elaborar folhas de pagamento na forma estabelecida pelo INSS, o que configura infração acessória prevista no art. 32, I da Lei nº 8.212/91.

Em seu recurso alega a empresa que seria inconstitucional a exação fiscal, posto exigir contribuição previdenciária sobre bolsas de estudo fornecidos a dependentes dos seus empregados.

Aduz uma suposta nulidade da autuação, em decorrência do MPF-C não lhe ter sido emitido, e que o débito em questão estaria decadente, citando decisões das extintas Câmaras do Custo do CRPS.

Sustenta que o fato levantado pela autoridade lançadora não se amoldaria a hipótese de incidência da contribuição previdenciária, discorrendo longamente sobre o assunto. Questiona um suposto arbitramento e reclama da incidência da multa de mora, bem como da inconstitucionalidade, para encerrar requerendo o provimento do seu recurso.

A extinta SRP apresentou resposta ao recurso, onde pugna pela manutenção do débito.

É o relatório.

Conselheiro ROGÉRIO DE LELLIS PINTO, Relator

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso interposto.

Vale inicialmente lembrarmos que o mérito do presente AI, cinge-se em reconhecer se os valores omitidos em folhas de pagamento deveriam ou não sofrer a incidência de contribuição previdenciária, sendo que do contrário não haveria qualquer dever de informação, e inexistente seria a violação a obrigação formal aqui prevista.

Neste passo, é de se evidenciar que a obrigação acessória ora descumprida, é estritamente vinculada e decorrente de obrigação principal, já que o contribuinte além de não informar em folhas de pagamento os valores informados pela autoridade lançadora, também não recolheu o tributo previdenciário de forma correta, levando a autoridade fiscal a lavrar o presente AI, bem como as NFLDs citadas pelo REFISC.

Desta feita, temos que a discussão de mérito travada no âmbito daquelas notificações fiscais, tem inovadamente reflexo direito no ora questionado AI, de forma que a decisão proferida naqueles autos não pode, sob qualquer pretexto, ser contrária a que ora for tomada.

Com efeito, em análise aos fatos levantados pela fiscalização no bojo das mencionadas NFLDs, esta CAJ entendeu haver nulidade na decisão exarada pela 1<sup>a</sup> instância, de forma que não houve pronunciamento quanto ao mérito do que aqui se discute. Diante deste fato, entendo que os presentes autos devem retornar a instância originária, e aguardar o julgamento das NFLDs que lhe são correlatas, tendo o trânsito administrativo conjunto com estas.

MF - SEGUNDO CONSELHO DA CONTRIBUINTE  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasil 24, 03, 09  
R. Lellis  
Maria de Fátima Ferreira de Carvalho  
Mat. Siape 731683

CC02/C06  
Fls. 134

**Diante do exposto, voto no sentido de CONHECER DO RECURSO,** para baixar os autos em diligência a fim de que aguardem os julgamentos das NFLDs correlatas, e subam conjuntamente com estas.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 2008

  
ROGÉRIO DE LELLIS PINTO